

Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 16/04/2025

(“AGO”)

ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES SOBRE A AGO	3
2. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS QUE COMPÕEM A ORDEM DO DIA DA AGO	3
2.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.	3
2.2. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleger seus membros.	4
2.3. Fixar a remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2025.	5
3. ORIENTAÇÕES GERAIS	6
3.1. Boletim de Voto à Distância	8
3.2. Definição dos Votos e seus Efeitos	9
4. REPRESENTAÇÃO POR PROCURAÇÃO	11
ANEXO I	13
ANEXO II	39
ANEXO III	44
ANEXO IV	68

1. INFORMAÇÕES SOBRE A AGO

DATA: 16 de abril de 2025

HORA: 14h

LOCAL: Plataforma digital Zoom (Assembleia exclusivamente digital)

2. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS QUE COMPÕEM A ORDEM DO DIA DA AGO

2.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), e do artigo 10º da Resolução CVM nº 81/2022, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81/22”) a Companhia disponibilizou, na presente data, nos endereços eletrônicos da Companhia em <https://ri.paranapanema.com.br> e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em www.cvm.gov.br, os seguintes documentos:

- (i) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras, com as notas explicativas, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes;
- (iii) Formulário das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria; e
- (vi) Boletim de Voto à Distância.

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2024, nos termos dos parágrafos 3º e 4º, do artigo 133 da Lei das S.A., serão publicadas no jornal Folha de São Paulo – Edição Nacional, nas versões impressa e digital, em 15 de março de 2024.

As Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2024 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, previamente ao parecer favorável do Comitê de Auditoria, emitido em 10 de março de 2025, à emissão do parecer do Conselho Fiscal, também em 10 de março de 2025, e à aprovação do Conselho de Administração, em 13 de março de 2025, tendo sido, portanto, consideradas em condições de serem submetidas à deliberação dos acionistas da Companhia.

Ante a apuração de prejuízo no exercício de 2024, a Companhia está dispensada da apresentação do Anexo A, que trata da destinação de lucro líquido, nos termos do parágrafo único, inciso II, do artigo 10º, da Resolução CVM nº 81/22.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se no Anexo I deste Manual.

Assim, todas as informações e documentos necessários à deliberação do primeiro item da pauta da AGO foram devidamente disponibilizados aos acionistas da Companhia, em conformidade com a legislação em vigor.

2.2. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleger seus membros.

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo suas regras previstas no Capítulo IV de seu Estatuto Social.

Referido órgão deve ser composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

A eleição do Conselho Fiscal seguirá o processo de Votação Majoritária por chapas, no qual a eleição dos membros do Conselho Fiscal deverá ser realizada com base na votação em chapas previamente registradas na mesa da AGO. Caso seja apresentada mais de uma chapa para concorrer ao Conselho Fiscal, cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber o maior número de votos na AGO.

Acionistas minoritários representando, pelo menos, 10% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, terão o direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente, nos termos do §4º, alínea “a”, do Artigo 161 da Lei das S.A.

O acionista que desejar indicar chapas para o Conselho Fiscal poderá notificar a Companhia através do e-mail: ri@paranapanema.com.br, com as seguintes informações e documentos de cada um dos candidatos que compõe as chapas indicadas: (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, conforme artigo 2º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/11 da CVM, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando eventuais ressalvas; e (ii) o currículo do candidato, com sua qualificação completa, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional e indicação dos cargos de conselho de

administração ou fiscal que ocupa ou ocupou em outras companhias, observando-se as regras e condições de eleição, incluindo as disposições da Resolução CVM nº 81/2022.

Para inclusão de chapas ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto à Distância, o acionista deverá notificar a Companhia através do Departamento de Relações com Investidores pelo e-mail: ri@paranapanema.com.br com as informações e documentos descritos acima, até o dia 22/03/2025¹, bem como ser detentor de ações que representem, no mínimo 1% (um por cento) do capital social da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. A solicitação de inclusão poderá ser revogada pelo acionista a qualquer momento antes da realização da AGO, mediante envio de comunicação escrita nesse sentido pelos respectivo acionista proponente, endereçada ao diretor de relações com investidores da Companhia.

Os acionistas da Companhia poderão, também, indicar chapas ao Conselho Fiscal na AGO, pessoalmente ou por meio de procurador, munidos com as informações e documentos de cada um dos candidatos que as compõe, observadas as mesmas regras e condições de eleição, incluindo as disposições da Resolução CVM nº 81/22.

Até a presente data, a Companhia recebeu a indicação da seguinte chapa para compor o Conselho Fiscal.

Chapa	Membros Titulares	Membros Suplentes
1	Willian de Mello Magalhães Junior	Vicente Luiz Barbosa Marotta
	Marcos Reinaldo Severino Peters	Maria Elvira Lopes Gimenez
	Jailton Zanon da Silveira	Saulo Farhat Paiva

Nos termos do artigo 17, I, do Regulamento do Novo Mercado e do Anexo K da Resolução CVM nº 80, a Companhia obteve declaração dos candidatos acima indicados como independentes, na qual atestam o atendimento aos critérios estabelecidos na legislação aplicável. Ante o exposto, o Conselho de Administração da Companhia em cumprimento ao art. 17, II, do Regulamento do Novo Mercado manifesta-se favorável ao enquadramento dos candidatos acima indicados como independentes aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e no Anexo K da Resolução CVM 80.

As informações a respeito de cada um dos candidatos que irá compor a chapa para o Conselho Fiscal, conforme estabelecido pelo artigo 11, inciso I da Resolução CVM nº 81/2022, encontram-se no Anexo II deste Manual.

¹ 25 dias antes da AGO (art. 37, §1º, I da Resolução CVM nº. 81/2022)

2.3. Fixar a remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2025.

Conforme previsto no artigo 152 da Lei das S.A., a fixação da remuneração anual do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária (em conjunto, “Administradores”), e do Conselho Fiscal, é de competência da Assembleia Geral.

O artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, em seu parágrafo primeiro, determina que esta definição deve ser feita na forma global, incluindo benefícios de qualquer natureza e verba de representação, cabendo ao Conselho de Administração distribuir a remuneração entre os Administradores da Companhia, tendo em vista suas responsabilidades, o tempo dedicado às funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Adicionalmente, os Administradores e os membros do Conselho Fiscal serão reembolsados por despesas incorridas em viagens e deslocamentos para as reuniões mensais de referidos órgãos, sendo certo que referidas despesas reembolsáveis terão o mesmo tratamento, limites e critérios observados pelos colaboradores da Companhia, conforme política vigente.

A proposta de remuneração global dos Administradores para o exercício de 2025 (janeiro/2025 a dezembro/2025) totaliza R\$ 10.791.517,00 (dez milhões, setecentos e noventa e um mil, quinhentos e dezessete reais), e a proposta de remuneração do Conselho Fiscal para o exercício de 2025 (janeiro/2025 a dezembro/2025) totaliza R\$ 490.212,00 (quatrocentos e noventa mil e duzentos e doze reais).

Para o exercício de 2024, referidos valores totalizavam, para os Administradores, o montante de R\$ 10.410.280,00 (dez milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e oitenta reais), e, para o Conselho Fiscal, o montante de R\$ 490.212,00 (quatrocentos e noventa mil e duzentos e doze reais).

As informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência, conforme estabelecido pelo artigo 13, inciso II da Resolução CVM nº 81/22, encontram-se no Anexo III deste Manual.

3. ORIENTAÇÕES GERAIS

A AGO será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Zoom. A Companhia entende ser esta a forma mais adequada de realização da AGO na medida em que confere maior oportunidade de participação e acessibilidade a todos os seus acionistas.

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações ordinárias e nominativas de emissão da Companhia no dia da realização da AGO, por si ou por seus representantes legais.

Para assegurar a autenticidade dos acionistas que participarão da AGO por meio da plataforma digital Zoom e visando a segurança da AGO, os acionistas deverão cadastrar-se previamente, nos termos a seguir expostos, até as **13h do dia 14/04/2025** (“Acionistas Credenciados”).

Para participar da AGO, que será exclusivamente realizada por plataforma digital e em tempo real, os acionistas interessados deverão entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail **ri@paranapanema.com.br**, para o envio dos documentos de representação necessários, quais sejam:

Pessoa Física

Cópia de documento de identificação com foto recente e validade nacional;

Pessoa Jurídica

- a) cópia do último Estatuto Social/Contrato Social consolidado, e, em caso de não ter sido deliberada a consolidação da matriz do Estatuto Social/Contrato Social, suas respectivas alterações;
- b) documentos comprobatórios de representação, com os devidos arquivamentos nos órgãos competentes, incluindo o instrumento de mandato, se aplicável;

Fundos de Investimento

- a) comprovação da qualidade de administrador ou gestor do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na AGO;
- b) ato societário do administrador ou gestor pessoa jurídica que confira poderes ao representante para que compareça à AGO ou a quem tenha outorgado a procuração; e
- c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os documentos listados no item acima (“Pessoa Jurídica”).

Não será exigido o reconhecimento de firma, nem a notarização e consularização, da documentação que comprova os poderes de representação. Os documentos que não estejam em português, inglês ou espanhol deverão ser acompanhados de tradução juramentada.

Os convites individuais para admissão e participação na AGO serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores, nos termos da Lei das S.A..

Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da AGO, solicitamos que, caso o acionista não receba o convite individual para participação na AGO em até 4 (quatro) horas antes do horário de início, o acionista entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 2199-7855 ou +55 (11) 9 5192-0007 com, no mínimo, 3 (três) horas de antecedência do horário de início da AGO para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual. Não obstante, a Companhia prestará auxílio técnico, antes e durante a AGO, para sanar dúvidas de acesso e de uso da plataforma digital.

A AGO será integralmente gravada para assegurar o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante a reunião.

O acesso à AGO por meio da plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se cadastrarem previamente, conforme orientações acima.

Ressalta-se que, tanto os acionistas que optarem por votar por meio dos Boletins de Voto à Distância, quanto os acionistas que optarem por participar da AGO por meio da plataforma digital Zoom, serão considerados presentes à AGO e assinantes da respectiva ata e livro de presença.

A Companhia não se responsabilizará por eventuais problemas de conexão que os acionistas possam enfrentar, tampouco por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Companhia, devendo os acionistas que tiverem interesse em participar da AGO via plataforma digital familiarizarem-se previamente com a ferramenta e garantir uma conexão de internet adequada.

Em caso de dúvida, favor contatar:

Departamento de Relações com Investidores

E-mail: ri@paranapanema.com.br

Telefones: +55 (11) 2199-7855 ou +55 (11) 9 5192-0007

3.1. Boletim de Voto à Distância

Os acionistas, se assim desejarem, utilizar o Boletim de Voto à Distância (“Boletim”) para votação na AGO, nos termos do artigo 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada, disponibilizados nos endereços eletrônicos da Companhia, em <https://ri.paranapanema.com.br>; da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em www.b3.com.br e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em www.cvm.gov.br.

Para participar da AGO por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim e enviá-lo, alternativamente, para (i) Banco Bradesco S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia; ou (ii) Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade, desde que o Agente de Custódia esteja apto a receber o Boletim nos termos da Resolução CVM nº 81/22; ou, ainda, (iii) para a Companhia, diretamente.

Os acionistas que encaminharem o Boletim diretamente para a Companhia deverão observar as regras a seguir:

- (i) todos os campos deverão estar preenchidos;
- (ii) todas as páginas deverão ser rubricadas;
- (iii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente;
- (iv) deverá ser encaminhado, juntamente com o Boletim, a documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista, observados, portanto, os requisitos e formalidades previstos no item de documentação descrito nas Orientações Gerais acima.

Solicita-se que o Boletim e respectivos documentos comprobatórios sejam enviados para a Companhia até o dia **12/04/2025**², exclusivamente para o e-mail ri@paranapanema.com.br.

A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma do Boletim emitido no território brasileiro, nem a notariação daqueles emitidos fora do País.

O Boletim que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação não serão considerados válidos, e, em consequência, não serão processados pela Companhia, podendo, contudo, serem corrigidos e reenviados pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM nº 81/22.

Nos termos do artigo 46 da Resolução CVM nº 81/22, em até 3 (três) dias contados do recebimento do Boletim, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado: (i) o recebimento do Boletim, bem como se o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância. Caso o

² 4 dias antes da AGO (art. 27 da Resolução CVM nº 81/22 - alterada pela Resolução CVM nº 204/24)

acionista não tenha retorno no referido prazo, solicitamos contatar o Departamento de Relações com Investidores.

O Boletim enviado pelos acionistas por ocasião da primeira convocação da AGO serão considerados válidos em caso de segunda convocação, desde que observada a hipótese prevista no artigo 49, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/22.

Independente do envio do Boletim, conforme indicado acima, os acionistas poderão participar da AGO, que será exclusivamente digital, observadas as regras de credenciamento prévio. Caso o acionista já tenha enviado o Boletim, mas decida votar na AGO, os votos proferidos pelo Boletim serão desconsiderados.

Em caso de reapresentação do Boletim pela Companhia (“Novo Boletim”), em razão da inclusão de candidatos indicados ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal pelos acionistas, na forma prevista no artigo 37 da Resolução CVM nº 81/22, os votos conferidos por determinado acionista a candidatos incluídos no Boletim já divulgado pela Companhia serão considerados válidos, devendo o acionista que desejar alterar o seu voto, encaminhar nova instrução de voto na forma indicada acima.

Caso o motivo da reapresentação do Novo Boletim pela Companhia se dê por razão excepcional, para correção de erro relevante ou adequação da proposta, com base no artigo 26, parágrafo 3º, inciso II da Resolução CVM nº 81/22, os votos eventualmente já proferidos pelos acionistas por meio de Boletim serão considerados inválidos.

No caso de apresentação de Novo Boletim pela Companhia, a Companhia comunicará imediatamente aos acionistas, indicando a data limite para que os acionistas que assim desejarem encaminhem nova instrução de voto.

Instruções detalhadas poderão ser obtidas nos Boletins disponibilizados nos endereços eletrônicos da Companhia, em <http://ri.paranapanema.com.br>; da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em www.b3.com.br e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em www.cvm.gov.br.

3.2. Definição dos Votos e seus Efeitos

A Companhia informa que interpretará os votos proferidos no dia da assembleia da forma a seguir:

(i) Aprovação: Quando o acionista ou representante votar apenas na opção “Aprovação”, significa que se manifestou favorável à matéria que está sob deliberação e seu voto será computado, para fins de quórum para a instalação assemblear e apuração para a deliberação da matéria específica;

(ii) Rejeição: Quando o acionista ou representante votar apenas na opção “Rejeição”, significa que se manifestou desfavorável à matéria que está sob deliberação e seu voto será computado, para fins de quórum para a instalação assemblear e apuração para a deliberação da matéria específica;

(iii) Abstenção: Quando o acionista ou representante votar apenas na opção “Abstenção”, significa que se manifestou sem aprovar ou rejeitar à matéria que está sob deliberação e seu voto será computado, para fins de quórum para a instalação assemblear e apuração para a deliberação da matéria específica;

(iv) Branco: Quando o acionista ou representante deixar de votar em quaisquer das opções disponíveis, “Aprovação”, “Rejeição” ou “Abstenção”, significa que não se manifestou em aprovar, rejeitar ou abster-se, quanto a matéria que está sob deliberação, desse modo seu voto será computado como voto em branco, de modo que, a posição acionária do acionista será considerada para fins de quórum para a instalação assemblear, mas, não será considerada e tampouco computada para a apuração para a deliberação da matéria específica; e

(v) Nulo: Quando o acionista ou representante votar em duas ou todas as opções disponíveis, “Aprovação”, “Rejeição” ou “Abstenção”, significa que se manifestou em aprovar e/ou rejeitar e/ou abster-se, quanto a matéria que está sob deliberação, desse modo seu voto será computado como voto nulo, de modo que, a posição acionária do acionista será considerada para fins de quórum para a instalação assemblear, mas, não será considerada e tampouco computada para a apuração para a deliberação da matéria específica.

Nos termos do Art. 129, *caput* da Lei das S.A., e do art. 22 do Estatuto Social da Companhia, ressalta-se que a Companhia não contabilizará os votos em brancos e nulos para cômputo de apuração da deliberação sobre a respectiva matéria.

4. REPRESENTAÇÃO POR PROCURAÇÃO

Caso V.Sas. prefiram indicar um representante legal para voto por procuração, os documentos que confirmam a representação também deverão ser enviados para o e-mail ri@paranapanema.com.br dentro dos prazos e na forma mencionada neste Manual.

A indicação de representante legal por voto por procuração pode ser feita por intermédio de procuração outorgada por meio físico ou eletrônico. Não será exigido o reconhecimento de firma, nem a notariação e consularização das procurações outorgadas fisicamente. As procurações outorgadas eletronicamente devem utilizar um mecanismo que assegure a autoria e integridade das assinaturas por meio eletrônico e seja admitida como válida pelas partes, especialmente pela

Companhia, nos termos do artigo 10, §2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira. As procurações que não estejam em português, inglês ou espanhol deverão ser acompanhadas de tradução juramentada.

Com o propósito de facilitar a participação na AGO, a Administração da Companhia deixa à disposição de seus acionistas, como mera cortesia e sem um compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo III como uma sugestão de texto, bem como a indicação de advogados da Companhia, abaixo descritos, caso o acionista não tenha a quem indicar e outorgar poderes. Dessa forma, V.Sas. deverão considerar que tal sugestão de texto não configura um pedido público de procuração para os fins da Seção IV da Resolução CVM nº 81/22, mas sim, uma facilidade que a Companhia coloca à disposição de seus acionistas.

PRISCILLA VERSATTI , brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 252.026, portadora da Cédula de Identidade RG nº 34.356.614-X SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 312.615.168-00, com endereço profissional na Rua Felipe Camarão, nº 500, cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09220-580.
--

OU

ÁLVARO ANDRÉ VIEIRA CUNHA , brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 215.535, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.701.980-9 e inscrito no CPF/ME sob o nº 276.308.448-67, com endereço comercial na Rua Felipe Camarão, nº. 500, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09220-580.
--

ANEXO I**Informações do item 2 do Formulário de Referência****2.1 Comentários dos Diretores**

A seguir são apresentados os comentários da nossa Diretoria correspondentes à análise da nossa condição financeira e patrimonial, que contemplam um panorama sobre o desempenho do mercado global para cada um dos exercícios encerrados em 2024 e 2023, bem como uma análise sobre o desempenho da gestão de capital e as ações endereçadas nessa gestão ao longo desses períodos.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações financeiras contidas neste item 2 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, e 2023 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

No ano de 2024 a Companhia manteve o foco em assegurar a continuidade das operações em meio as dificuldades de obtenção de crédito para capital de giro e avançar nas etapas do processo da Recuperação Judicial, através de reuniões com os credores e partes interessadas.

Em 16 de fevereiro de 2023 a empresa protocolou seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), o qual prevê vários meios de recuperação para reestabelecer seu equilíbrio econômico e retomar seu crescimento. O PRJ inclui novas condições de pagamento de seus credores, bem como a possibilidade de conversão de créditos em ações da Companhia, a possibilidade de venda de determinados ativos e condições especiais de pagamento para credores que continuem a fornecer bens e serviços.

Após o 1º protocolo, a Companhia publicou ajustes no PRJ nas seguintes datas: 2º protocolo PRJ em 18 de maio de 2023, 3º protocolo em 30 de junho de 2023, 4º protocolo em 07 de julho de 2023 e o 5º protocolo em 11 de agosto de 2023.

Em 24 de agosto de 2023 a Companhia obteve a aprovação do PRJ em assembleia realizada com os Credores do Plano de Recuperação.

Em 22 de novembro de 2023, foi publicada decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, conforme proferida em 16 de novembro de 2023 pelo D. Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ da capital do Estado de São Paulo.

Em relação à dívida do Acordo Global, a Companhia segue em negociação com os Credores com o intuito de obter um waiver de covenants e um acordo de standstill enquanto discute com tais credores novas condições para o equacionamento de seu passivo.

Quanto aos custos, a Companhia conseguiu atuar em ganhos de eficiência e reduziu seus custos fixos e ociosidade em 22% em relação ao mesmo período do ano anterior, trazendo uma economia de aproximadamente R\$ 92 milhões.

No ano de 2024 temos uma geração de caixa de R\$ 76.717.

Conforme consta em seu demonstrativo de fluxo de caixa das atividades de financiamento, a empresa fechou o ano de 2024 com um fluxo negativo de R\$ 51.338, por meios de operações com parceiros financeiros. Através do seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), a empresa espera obter maior acesso às linhas de financiamento para capital de giro e aumentar o seu volume de produção e vendas.

No ano de 2024 a Receita Líquida foi de R\$ 459.926 milhões, menor em 53% no comparativo ao ano de 2023. Resultados impactados pela restrição de caixa, que nos levou a um menor volume de vendas e pela estratégia do aumento de operações na modalidade industrialização para terceiros.

O Prejuízo Líquido em 2024 foi de R\$ 2.138.610, impactado principalmente por R\$ 1.519.808 de juros, multa e juros de mora e variação cambial sobre a dívida e pelos valores de Ociosidade em R\$ 200.900. Quando excluídos os efeitos dos encargos financeiros e outros efeitos não recorrentes, tem-se um Prejuízo Líquido Ajustado de R\$ 197.448.

b. Estrutura de Capital

A atual estrutura de capital, medida pelo quociente entre capital próprio e capital de terceiros, apresenta nível estável de alavancagem em 2024.

A tabela abaixo mostra a estrutura de capital próprio e de terceiros para os períodos indicados:

(continua na página seguinte)

[mil BRL]	2023	2024
Fornecedores Local	215.455	335.222
Fornecedores estrangeiros	192.315	303.890
Fornecedores Local LP	291.399	156.327
Operações com Forfaiting e Carta de Crédito CF	229	15.777
Operações com Forfaiting e Carta de Crédito LP	10.306	5.388
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Empréstimos e financiamentos CP	3.245.159	4.862.767
Empréstimos e financiamentos LP	466.305	354.311
Total Capital Terceiros	4.421.168	6.033.682
Patrimônio líquido	(4.223.510)	(6.285.846)
Ajuste de avaliação patrimonial	113.864	108.689
Total Capital Próprio	4.337.374	6.394.535
Garantia de Capital de terceiros	0,98	1,06
Capital Próprio (%)	-5176%	1772%
Capital Terceiros (%)	5276%	-1672%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O modelo de negócios da Paranapanema depende substancialmente de investimentos e financiamentos, obtidos por meio de captações de linhas de créditos bancários, antecipação de recebíveis, prazo de pagamento junto a seus fornecedores de matéria-prima e financiamentos em geral.

Em 2021 a Companhia concluiu as negociações, que estavam sendo tratadas desde o primeiro trimestre de 2020 com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017), e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças (“Acordo Global”), repactuando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras até o final do ano de 2028.

Além das garantias outorgadas pela Companhia na reestruturação de dívidas realizada em 2017, já previstas no Acordo Global, a Companhia prestou outras garantias envolvendo ativos operacionais e não operacionais, e se comprometeu a envidar seus melhores esforços para realizar a venda de ativos não-operacionais, visando acelerar a amortização dos valores objeto da nova negociação. Para tanto, a venda de ativos está sujeita a um processo de governança definido junto aos credores.

Se, por um lado, a negociação gerou a potencial e desejada readequação do caixa da Companhia, para se manter saudável, ela dependia da manutenção do crédito frente a fornecedores tradings, e da venda de ativos não operacionais e direitos creditórios em determinado espaço de tempo. No entanto, essas premissas não se concretizaram. Os fornecedores reduziram o volume de operações com as empresas e a venda de ativos não ocorreu no cronograma esperado.

Com o cenário de instabilidade política e econômica recente, a Companhia ainda não conseguiu acesso a linhas de crédito satisfatórias que vinham sendo negociadas. Essa situação pode indicar a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e que faz a administração manifestar sua preocupação diante dos fatos apresentados.

Diante das dificuldades para financiar seu capital de giro, a Companhia não realizou o pagamento das parcelas semestrais do Acordo Global desde dezembro de 2022, e não atingiu o cumprimento dos indicadores de covenants. A Companhia está em negociações com os credores do acordo global com o intuito de obter novas condições, mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários.

A Receita Líquida no ano de 2024 foi de R\$ 459.926, menor em 53% no comparativo ao ano de 2023. Resultados impactados pela restrição de caixa, que nos levou a um menor volume de vendas e pela estratégia do aumento de operações na modalidade industrialização para terceiros.

O EBITDA justado, que exclui os efeitos das contingências e demais efeitos não recorrentes, fechou o ano de 2024 negativo em R\$ 235.663, 43% menor dos R\$ 416.381 negativos de 2023.

[mil BRL]	2023	Δ %	2024
Resultado Líquido	(1.389.934)	-54%	(2.138.610)
(+) Impostos	(620.034)	-176%	(1.713.865)
(+) Resultado Financeiro Líquido	(12.618)	216%	14.614
EBIT	(757.282)	42%	(439.359)
(+) Depreciações e Amortizações	110.407	-15%	93.731
EBITDA	(646.875)	47%	(345.628)
Receita Líquida	972.820	-53%	459.926
% das Receitas	-66,49%	-9 p.p.	-75,15%
EBITDA Ajustado	(416.381)	43%	(235.663)

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A necessidade de recuperação e modernização dos nossos parques industriais, principalmente em função da deterioração acelerada do parque industrial de Dias D'Ávila, é suportada por recursos de terceiros, por meio de linhas especiais de financiamento junto a instituições financeiras, bancos de fomento e bancos de desenvolvimento.

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento líquido apresenta um saldo de R\$ 5.195.603, 41% maior que 2023, impacto pelo não pagamentos das parcelas, variação cambial e encargos financeiros no período.

[mil BRL]	2023	Δ %	2024
Divida Curto Prazo	3.245.159	50%	4.862.767
Divida Longo Prazo	466.305	-24%	354.311
Operações com forfaiting e cartas de crédito	10.535	101%	21.165
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	n.a	-
Dívida bruta	3.721.999	41%	5.238.243
Caixa e Equivalentes de Caixa	85	9928%	8.524
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.340	-85%	196
Aplicações Financeiras	24.367	39%	33.920
Dívida Líquida	3.696.196	41%	5.195.603

O capital de giro da Companhia está representado por:

[mil BRL]	2023	Δ %	2024
Contas a receber de clientes	1.746	22%	2.129
Estoques	298.085	-9%	271.750
Impostos e Contribuições a Recuperar	297.212	-73%	79.460
Fornecedores	(699.398)	-16%	(811.216)
Adiantamentos de Clientes	(64.341)	-13%	(72.840)
Capital de Giro Total	(166.696)	-218%	(530.717)

O Capital de giro de 2024 ficou negativo em R\$ 530.717 milhões, impactado pela falta de fontes de financiamento.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Com o cenário de instabilidade política e econômica recente, a Companhia ainda não conseguiu acesso a linhas de crédito satisfatórias que vinham sendo negociadas. Essa situação pode indicar a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia e que faz a administração manifestar sua preocupação diante dos fatos apresentados.

Diante das dificuldades para financiar seu capital de giro, a Companhia não realizou o pagamento das parcelas semestrais desde dezembro de 2022, e não atingiu o cumprimento dos indicadores de covenants nesse período. A Companhia está em negociações com os credores do acordo global com o intuito de obter novas condições, mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrado na tabela a seguir:

	Passivo		Passivo	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	2023	2023	2024	2024
Contratados em Moeda USD				
Financiamentos de comércio exterior -ACC	644.471	-	387.127	-
Pré-pagamento de exportação -PPE	1.561.113	-	2.337.040	-
Cedula de credito bancario	121.227	-	183.782	-
valor presente dos fluxos de caixa contratu	-	-	-	-
	2.326.811	-	2.907.949	-
Contratados em Moeda BRL				
Antecipação de Cessão de Credito	227.682	-	287.447	-
Antecipação Cessão de Credito-Recup. Jud	5	1.166	598	633
Confissão de divida	720.806	465.139	1.688.269	353.678
	948.493	466.305	1.976.314	354.311
Custos de transação - reperfilamento	(30.145)	-	(21.496)	-
Total	3.245.159	466.305	4.862.767	354.311

Posição detalhada dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024:

(espaço intencionalmente deixado em branco)

2024

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento	Taxas	Passivo circulante		Passivo não circulante
					Principal	juros	Principal
Contratados em Moeda BRL							
Antec. Cessão (F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NF Mensal			2024	2,5% a.m.	206.709	75.134	-
Antec. Cessão (Credit Partners F.I.D.C. não Padron Mensal			2024	2,5% a.m.	5.000	96	-
Antec. Cessão (Libra FIDC Multissetorial - Banpar Mensal			2024	2,5% a.m.	500	8	-
Antec. Cessão (Fundo Inv. Direitos Cred. Sifra Mensal			2024 a 2029	IPCA	598	-	633
Conf.Divida Banco Bradesco S.A.		Semestral	2022 a 2028	CDI+4,92%a.a.	373.542	257.717	-
Conf.Divida Caixa Economica Federal		Semestral	2022 a 2028	CDI+2%a.a.	263.693	68.274	-
Conf.Divida Scotiabank Brasil S.A.		Semestral	2022 a 2028	CDI+2%a.a.	150.141	41.839	-
Conf.Divida Banco BNP Paribas Brasil S.A.		Semestral	2022 a 2028	CDI+2%a.a.	122.186	23.427	-
Conf.Divida F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NF Mensal			2024 a 2028	2,13% a.m.	166.763	207.711	315.683
Conf.Divida Banco do Est do Rio Grance do Sul Mensal			2024 a 2029	1% a.m. + TR	5.418	7.558	37.995
Total contratados em moeda BRL					1.294.550	681.764	354.311
Contratados em Moeda USD							
ACC Banco BNP Paribas Brasil S.A.		Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	24.274	6.613	-
ACC Banco do Brasil S.A.		Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	170.667	52.615	-
ACC Caixa Economica Federal		Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	50.533	13.768	-
ACC China Construction Bank		Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	52.385	16.272	-
PPE Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.		Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	236.092	86.675	-
PPE Scotiabank		Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	23.922	8.782	-
PPE Ing Bank N.V.		Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	58.110	21.334	-
PPE Ing Bank N.V.		Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	101.058	38.642	-
PPE China Construction Bank		Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	76.586	28.117	-
PPE Cargill Incorporated		Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	925.332	339.715	-
PPE Banco do Brasil S.A.		Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	81.735	30.007	-
PPE Zion Capital S/A		Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	12.385	4.547	-
PPE BPS Capital		Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	155.567	57.113	-
CCB Wilbury NPL Fundo de Invest.		Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	134.430	49.352	-
Valor presente dos fluxos de caixa contratuais					-	51.321	-
Total contratados em moeda USD					2.103.076	804.873	-
Custos de transação - reperfilamento					(21.496)	-	-
Total					3.376.130	1.486.637	354.311

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Mantemos relações no curso normal dos nossos negócios com instituições financeiras nacionais e internacionais de grande porte, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, além daquelas descritas no item 2.f.i.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as nossas dívidas quirografárias. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

Em 2017, com o reperfilamento das dívidas, os *covenants* financeiros e os prazos de vencimentos dos contratos de empréstimo bancário foram renegociados com nossos credores.

A Companhia promoveu, desde o primeiro trimestre de 2020, uma nova negociação com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017) para alinhar o perfil da dívida da Companhia com a sua futura geração de caixa e necessidade de investimento.

Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia conclui as negociações e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças (“Acordo Global”), repactuando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras no montante de principal de US\$ 479.151 até o final do ano de 2028, do qual cerca de 89% (US\$ 426.519) foi classificado para o passivo de longo prazo e 11% (US\$ 52.632) continua classificado no curto prazo.

A Companhia, seguindo as orientações estabelecidas na IFRS 9 (CPC 48) "Instrumentos Financeiros" para determinar se houve modificações substanciais na renegociação da dívida, fez a análise dos testes qualitativos e quantitativos e identificou que, não houve mudança nos instrumentos e moedas contratadas, e o valor presente líquido dos fluxos de caixa sob os novos termos ficou dentro dos parâmetros estabelecidos pela norma, consequentemente não houve troca do instrumento de dívida mas se fez necessário o ajuste do valor contábil.

Para ajustar o valor, a Companhia calculou o valor presente líquido dos fluxos de caixa dos novos contratos, com as novas taxas de juros e datas de pagamentos, descontada a taxa de juros efetiva da dívida antes da renegociação. Esse valor é comparado ao valor contábil anterior remanescente, e a diferença é reconhecida no resultado financeiro. O valor do ajuste em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 51.321.

Nesse sentido, determinam-se, dentre outras, as seguintes obrigações e restrições à Companhia para manter-se enquadrada em determinados *covenants* financeiros, como:

(a) A Companhia deve apresentar também o índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez), conforme medido a partir de 2022, em 31 de dezembro de cada ano, com base nas Demonstrações Financeiras divulgadas pela Companhia após a primeira publicação das Demonstrações Financeiras revisadas após a celebração deste Acordo.

(b) Endividamento/Financiamento Bruto / pelo EBITDA Ajustado:

- igual ou inferior a 12,3 x em 31 de dezembro de 2022;
- igual ou inferior a 9,1 x em 31 de dezembro de 2023;

- igual ou inferior a 6,9 x em 31 de dezembro de 2024;
- igual ou inferior a 5,8 x em 31 de dezembro de 2025;
- igual ou inferior a 5,5 x em 31 de dezembro de 2026;
- igual ou inferior a 5,2 x em 31 de dezembro de 2027; e
- igual ou inferior a 4,9 x em 31 de dezembro de 2028.

(c) Entregar aos Credores correspondência demonstrando o cálculo detalhado do Limite Mínimo de Estoques e Recebíveis para tal período fiscal correspondente com base nas informações financeiras divulgadas trimestralmente pela Companhia, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (i.e., Informações Financeiras Trimestrais – ITRs para os trimestres encerrados em março, junho e setembro, e informações financeiras anuais para o trimestre encerrado em dezembro).

A Companhia, ainda, não poderá declarar, pagar ou distribuir quaisquer dividendos com relação ao capital social da Companhia, juros sobre capital próprio ou outros pagamentos a acionistas, exceto pelo dividendo mínimo obrigatório exigido por lei e/ou pelo seu estatuto social.

Por fim, configurará evento de vencimento antecipado caso a Companhia passe a ter controle societário definido ou alterado a qualquer momento, devendo tal controle societário definido ser entendido como aquele em que uma pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum passe a exercer o controle da Companhia, observado que a eventual formação de bloco de controle por meio da celebração de acordo de acionistas cuja maioria das partes detenha direta ou indiretamente participação individual superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 A Companhia não cumpriu os *covenants* de Endividamento / Financiamento Bruto / pelo EBITDA Ajustado e o de Liquidez Corrente, e está em negociações com os credores do Acordo Global para a obtenção de um *waiver* pelo não cumprimento dos *covenants*.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Diante do atual cenário a Companhia não possui tais limites.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras de resultado e de fluxo de caixa

As alterações significativas na demonstração consolidada de resultados, na demonstração consolidada dos fluxos de caixa e no balanço patrimonial consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão apresentadas a seguir.

Análise das Demonstrações do Resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(espaço intencionalmente deixado em branco)

[mil BRL]	2023	AV %	AH %	2024	AV %
Receita Líquida	972.820	100%	-53%	459.926	100%
Mercado Interno (MI)	421.940	43%	-38%	262.843	57%
Mercado Externo (ME)	420.987	43%	-96%	18.609	4%
Transformação (MI)	129.893	13%	37%	178.474	39%
Custo dos Produtos Vendidos	(1.330.705)	137%	53%	(623.528)	136%
Custo do Metal	(819.510)	62%	71%	(241.540)	39%
Custo de Transformação	(511.195)	38%	25%	(381.988)	61%
Lucro Bruto	(357.885)	-37%	54%	(163.602)	-36%
% sobre Receitas	-36,8%		1,2 p.p.	-35,6%	
Despesas com Vendas	(10.263)	1%	6%	(9.693)	2%
Despesas Gerais e Administrativas	(82.190)	8%	12%	(72.509)	16%
Outras Operacionais, líquidas	(306.944)	32%	37%	(193.555)	42%
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos	(757.282)	78%	42%	(439.359)	96%
% sobre Receitas	-77,8%		-17,7 p.p.	-95,5%	
(+) Depreciações e Amortizações	110.407	-11%	-15%	93.731	-20%
EBITDA	(646.875)	66%	47%	(345.628)	75%
Resultado Financeiro	(620.034)	64%	-176%	(1.713.865)	373%
Receitas Financeiras	315.168	-32%	-81%	58.948	-13%
Despesas Financeiras	(935.202)	96%	-90%	(1.772.813)	385%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(1.377.316)	142%	-56%	(2.153.224)	468%
% sobre Receitas	-141,6%		-326,6 p.p.	-468,2%	
Impostos	(12.618)	1%	216%	14.614	-3%
IR e CSLL - Corrente	(222)	0%	n.a	0	0%
IR e CSLL - Diferido	(12.396)	1%	218%	14.614	-3%
Resultado líquido	(1.389.934)	143%	-54%	(2.138.610)	465%
% sobre Receitas	-142,9%		-322,1 p.p.	-465,0%	

Receita Líquida de R\$ 459.926 em 2024, diminuição de 53% em relação a 2023, resultado impactado pela restrição de caixa, que nos levou a um menor volume de vendas e pela estratégia do aumento de operações na modalidade industrialização para terceiros.

Em Cobre Primário, a Companhia não obteve Receita em 2024, sendo que em 2023 alcançou R\$ 378.

Em Produtos de Cobre, a Receita Líquida alcançou R\$ 454.970, se mantendo estável em relação a 2023 (R\$455.764).

Barras, Perfis, Arames, Laminados, Tubos e Conexões alcançaram R\$ 422.155 no ano, com aumento de 80% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Já os produtos de Vergalhões, Fios e Outros somaram R\$ 31.815 milhões no ano, com redução de 85% comparado a 2023.

Em Coprodutos, a Receita Líquida atingiu R\$ 5.160 em 2024, redução de 96% comparada ao ano anterior, em razão da não geração de coprodutos na produção de cobre primário.

Custo dos Produtos Vendidos

O Custo dos Produtos Vendidos de 2024 atingiu o montante de R\$ 591.528 contra R\$1.330.705 em 2023, ou seja, houve uma redução de 56% comparado ao ano anterior. O custo dos produtos superou as receitas líquidas em 28,6%.

O Custo do Metal em Reais diminuiu em 74% no ano, totalizando R\$ 209.540, quando comparado com R\$ 819.510 em 2023, acompanhando a redução da receita.

O Custo de Transformação apresentou uma redução de 25% no ano de 2024 comparado a 2023, atingindo R\$ 381.988 e R\$ 511.195 respectivamente.

Lucro Bruto

A Companhia atingiu R\$ 131.602 de prejuízo bruto em 2024, contra R\$ 357.885 de prejuízo bruto em 2023.

Despesas/Receitas Operacionais

No ano de 2024 as Despesas Operacionais foram de R\$ 275.757, redução de 31% em comparação a 2023, explicadas principalmente pelo aumento das provisões de Contingências Trabalhistas e Fiscais em R\$ 99.029 em 2024 contra R\$ 39.483 em 2023, e pelas provisões de Imposto de importação e multas do Drawback em R\$ 190.465 ocorridas em 2023.

a) As Despesas com Vendas no ano, tiveram uma redução de 6% comparadas ao ano anterior, atingindo o montante de R\$ 9.693 em 2024 face a R\$ 10.263 em 2023.

b) Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas atingiram R\$ 72.509 em 2024, redução de 12% em relação a 2023, quando fechou em R\$ 82.190.

c) Outras Despesas Operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais líquidas somaram de R\$ 193.555 em 2024, sendo R\$ 81.389 menor que 2023, explicadas principalmente pelo aumento das provisões de Contingências Trabalhistas e

Fiscais em R\$ 99.029 em 2024 contra R\$ 39.483 em 2023, e pelas provisões de Imposto de importação e multas do Drawback em R\$ 190.465 ocorridas em 2023.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido no ano foi de R\$ 1.713.865 negativo contra R\$ 620.034 negativo no resultado de 2023 que foi impactado principalmente pela variação cambial e despesas de juros sobre a dívida do acordo global.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A apuração de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido em 2024 gerou um resultado de R\$ 14.614 milhões contra um resultado de R\$ 12.396 negativo em 2023. A Companhia tem provisão para perda de Imposto diferido sobre prejuízos fiscais no valor de R\$ 2.480.887, decorrente das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros.

A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitados a 30% dos lucros anuais.

Resultado Líquido

A Companhia apresentou resultado líquido negativo no ano de 2024 no montante de R\$ 2.107.495 contra um prejuízo de R\$ 1.389.934 em 2023.

A seguir, apresentamos nosso Balanço Patrimonial e a análise de suas principais contas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

[mil BRL]	2023	AV %	AH %	2024	AV %
Ativo	1.784.257	100%	-9%	1.627.102	100%
Ativo circulante	388.298	22%	2%	397.927	24%
Caixa e Equivalentes de Caixa	85	0%	9928%	8.524	1%
Aplicações Financeiras	24.367	1%	39%	33.920	2%
Contas a receber de clientes	1.746	0%	-1%	1.736	0%
Estoques	298.085	17%	-9%	271.750	17%
Impostos e Contribuições a Recuperar	41.399	2%	43%	59.264	4%
Outros Ativos Circulantes	7.814	0%	57%	12.229	1%
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.340	0%	-85%	196	0%
Despesas Antecipadas	13.451	1%	-23%	10.308	1%
Ativo não circulante	1.395.959	78%	-12%	1.229.175	76%
Ativos mantidos para venda	22.636	1%	n.a.	-	0%
Impostos e Contribuições a Recuperar	255.813	14%	-92%	20.196	1%
Depósitos de Demandas Judiciais	34.521	2%	453%	190.762	12%
Outros Ativos Não Circulantes	52.533	3%	-2%	51.604	3%
Despesas Antecipadas	7.559	0%	-28%	5.454	0%
Direito de uso de Ativo	12.577	1%	-47%	6.656	0%
Outros Investimentos	2.815	0%	813%	25.701	2%
Ativo Imobilizado	1.002.940	56%	-8%	925.018	57%
Ativo intangível	4.565	0%	-26%	3.391	0%

Passivo	6.007.767	337%	32%	7.912.948	486%
Passivo circulante	3.867.545	217%	62%	6.261.203	385%
Fornecedores Local	215.455	12%	56%	335.222	21%
Fornecedores estrangeiros	192.315	11%	58%	303.890	19%
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	229	0%	6790%	15.777	1%
Passivo de Arrendamento	8.816	0%	-57%	3.770	0%
Empréstimos e Financiamentos	3.245.159	182%	50%	4.862.767	299%
Salários e encargos sociais	63.510	4%	21%	77.132	5%
Impostos e contribuições a recolher	47.391	3%	1035%	537.798	33%
IR e CS a recolher	222	0%	n.a.	-	0%
Adiantamentos de Clientes	64.341	4%	13%	72.840	4%
Outros passivos circulantes	30.107	2%	73%	52.007	3%
Passivo não circulante	2.140.222	120%	-23%	1.651.745	102%
Fornecedores	291.399	16%	-46%	156.327	10%
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	10.306	1%	-48%	5.388	0%
Passivo de Arrendamento	3.761	0%	-23%	2.886	0%
Empréstimos e Financiamentos	466.305	26%	-24%	354.311	22%
Salários e encargos sociais	8.031	0%	50%	12.014	1%
Impostos e contribuições a recolher	443.187	25%	-77%	103.749	6%
Provisão para demandas judiciais	857.677	48%	10%	945.654	58%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	59.556	3%	-4%	57.305	4%
Patrimônio líquido	(4.223.510)	-237%	49%	(6.285.846)	-386%
Capital social	2.069.566	116%	5%	2.172.388	134%
Debêntures Conversíveis em ação	25.787	1%	n.a.	-	0%
Custo de Capitalização	(5.375)	0%	0%	(5.375)	0%
Reservas de Reavaliação	113.103	0%	-4%	108.689	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	761	0%	n.a.	-	0%
Ações em Tesouraria	(741)	0%	0%	(741)	0%
Lucros (prejuízos) acumulados	(5.036.677)	-282%	28%	(6.422.197)	-395%
Prejuízo do período	(1.389.934)	-78%	54%	(2.138.610)	-131%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.784.257	100%	-9%	1.627.102	100%

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

Ativo Circulante

O Ativo Circulante totalizou R\$ 397.927 em 31 de dezembro de 2024, se mantendo estável em relação aos R\$ 388.298 de 31 de dezembro de 2023, com resultado dos efeitos detalhados abaixo.

O Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2024 representou 24% do Ativo Total, comparado com 22% em 2023

Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Curto Prazo

No fechamento do ano de 2024, a Companhia apresentou um saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 42.444, 74% maior em comparação ao ano anterior, quando foi registrado R\$ 24.452.

Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber totalizaram R\$ 1.736 em 31 de dezembro de 2024, valor 1% menor que os R\$ 1.746 registrados no fim do ano anterior.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. São mensurados inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de hedge de estoques, as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares desses respectivos metais.

Em 31 de dezembro de 2024, houve redução de 9% nos Estoques, passando de R\$ 298.085 milhões em 2023 para R\$ 271.750 em 2024.

Impostos e Tributos a Recuperar

O saldo de impostos e tributos a recuperar em 2024 era de R\$ 59.264, aumento de 43% em relação aos R\$ 41.399 em 2023, substancialmente em decorrência da transferência do longo prazo para o curto prazo dos créditos referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e pela utilização do crédito no período.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2024 representou 76% do Ativo Total, comparado com 78% em 2023.

O Ativo Não Circulante totalizou R\$ 1.229.175 em 31 de dezembro de 2024 comparado com R\$ 1.395.959 em 2023, houve uma redução 12% em relação ao ano anterior.

Imposto de renda e contribuições a recuperar

A redução de R\$ 235.617, principalmente decorrente da transferência do longo prazo para o curto prazo dos créditos referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS não alienado e pela venda de parte do crédito referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2024, o Imobilizado e Intangível totalizou R\$ 928.409, redução de 8% em relação a 31 de dezembro de 2023, quando o montante registrado foi de R\$1.007.505, devido principalmente à depreciação/amortização no período acrescido da entrada de novos projetos.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 6.261.203, 62% acima dos R\$ 3.867.545 de 31 de dezembro de 2023, aumento de R\$ 2.393.658 principalmente pela atualização e reconhecimento dos juros e multas de mora pela não pagamento das dívidas renegociadas e reclassificação dos atos concessórios e Drawback vencidos no valor e R\$ 473.481.

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2024 representou 385% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, comparado com 217% em 2023.

Fornecedores e Operações com Forfait e Cartas de Crédito

As operações de Forfaiting totalizaram R\$ 15.777 em 31 de dezembro de 2024, um aumento de R\$ 15.548 em comparação com o ano de 2023, R\$ 229, impactadas pelas operações de risco sacado.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2024, o total de empréstimos e financiamento era de R\$ 4.862.767 e em 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 3.245.159. Esse aumento refere-se principalmente pela atualização e reconhecimento dos juros e multas de mora pela não pagamento das dívidas renegociadas.

Impostos e Contribuições a Recolher

A rubrica Impostos e Contribuições a Recolher totalizou R\$ 537.798 em 31 de dezembro de 2024, R\$ 47.391 em relação a 2023, com aumento no montante de R\$ 490.407, explicado pelo atraso de pagamentos dos impostos e reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante dos atos concessórios e Drawback vencidos no valor e R\$ 473.481.

Outras Contas a Pagar

A rubrica de outras contas a pagar totalizou R\$ 52.007 em 31 de dezembro de 2024, aumento de 73%, contra o saldo de R\$ 30.107 no final de 31 de dezembro 2023, e neste grupo temos registrados valores a pagar correspondentes a:

- i) Provisão de serviços de honorários advocatícios de R\$ 13.445;
- ii) Comissões sobre vendas R\$ 6.668;
- iii) Créditos com clientes R\$ 1.059;
- iv) Provisões Diversas R\$ 16.290;
- v) Plano de Recuperação Judicial R\$ 14.000.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante teve redução de 1%, atingindo R\$ 1.651.745 ao final de 2024 comparado com R\$ 2.140.222 de 2023.

O Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2024 representou 102% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, em 2023 era de 120%.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2024, o total de empréstimos e financiamento era de R\$ 354.311 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 466.405. Essa redução refere-se a transferência para curto prazo das confissões de dívidas realizadas com credores.

Provisão para Contingências

As Provisões para Contingências aumentaram em 10%, atingindo R\$ 945.654 em 31 de dezembro de 2024 contra R\$ 857.677 no final do ano anterior explicadas principalmente pela atualização monetária adição de novos processos.

Patrimônio Líquido

Encerramos 2024 com Patrimônio Líquido negativo em R\$ 6.254.731, 48% maior do que o Patrimônio Líquido negativo de 2023 no valor de R\$ 4.223.510.

Análise do Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

[mil BRL]	2023	AH %	2024
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(124.416)	162%	76.717
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(14.628)	-16%	(16.940)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	136.629	-138%	(51.338)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(2.415)	449%	8.439

As Atividades Operacionais resultaram em um aumento de caixa de R\$ 76.717, decorrente principalmente do prejuízo ajustado de R\$ 197.448, venda de créditos de impostos no montante R\$ 158.434, operações com fornecedores e cartas de crédito envolvendo também os estoques com entradas de R\$ 97.577, enquanto em 2023 as Atividades Operacionais resultaram em uma redução de caixa de R\$ 124.416, decorrente principalmente do prejuízo ajustado de R\$ 410.224, de recebimento do contas a receber R\$ 37.447, das operações com fornecedores e cartas de crédito envolvendo também os estoques com entradas de R\$ 106.732 e recebimentos de instrumentos financeiros no valor de R\$ 84.464,

Nas Atividades de Investimentos, as aplicações de recursos em adições de imobilizado teve redução de R\$ 16.690 em 2024 contra R\$ 19.332 em 2023. Em 2023 houve resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras em 2023, que totalizou R\$ 4.911 de entrada.

As atividades de financiamentos em 2024 tiveram redução de caixa impactada pelo efeito líquidos das entradas e liquidações das antecipações de créditos, enquanto em 2023 houve aumento de caixa impactada pelas mesmas operações.

2.2 Resultado Operacional e Financeiro

a. A abertura dos volumes de vendas por tipo de produto e mercado destino encontra-se detalhado a seguir:

Volume de vendas - em toneladas	2023	AH %	2024
Cobre Primário	7.932	n.a	-
Produtos de Cobre	25.810	33%	34.253
Vergalhões, Fios e outros	5.058	63%	8.223
Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões	20.752	25%	26.030
Volume de Vendas Total	33.742	2%	34.253
Coprodutos	257.410	-19%	207.368

A abertura da Receita Líquida por tipo de produto e mercado destino encontra-se detalhado a seguir:

Receita Líquida [mil BRL]	2023	AH %	2024
Cobre Primário	378.368	-100%	(204)
Produtos de Cobre	455.764	0%	454.970
Vergalhões, Fios e outros	221.196	-85%	32.815
Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões	234.568	80%	422.155
Coprodutos	138.687	-96%	5.160
Receita Líquida Total	972.819	-53%	459.926

Mix de Produtos e de Mercados

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado à 31 de dezembro de 2023.

O Volume de Vendas Total no ano de 2024 atingiu 34,253 mil toneladas, representando aumento de 2% em comparação ao ano de 2023 que atingiu 33,742 mil toneladas, com foco na estratégia de otimizar os recursos disponíveis em produtos de maior valor agregado, diminuindo a disponibilidade de Catodo e priorizando a venda de Fios e Vergalhões.

Em Cobre Primário, não houve receita em 2024. A Companhia comercializou 7,9 mil toneladas no ano de 2023.

Em Produtos de Cobre, foi comercializado 34,253 mil toneladas no ano de 2024, aumento de 33% comparado ao ano de 2023, Resultado da performance constante da Unidade Eluma e da retomada parcial da Unidade Caraíba.

Em Coprodutos, o volume de vendas atingiu 207,368 mil toneladas no ano de 2024, redução de 19% comparado ao ano de 2023.

O Volume de Produção total no ano de 2024 de 41,512 mil toneladas, aumento de 4% em relação a 2023 com 39,923 mil toneladas.

A produção de Cobre Primário acumulou 4,767 mil toneladas no ano, uma redução de 64% em relação ao ano anterior.

No caso de Produtos de Cobre, a produção foi de 36,745 mil toneladas, aumento de 38% em relação a 2023, resultado da performance constante da Unidade Eluma e da retomada parcial da Unidade Caraíba.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não Houve

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não Houve

2.3 Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfases no Parecer do Auditor

Não Houve

a.1 - Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações da norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2024:

a.2.1 - IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas: operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto de renda.

As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

Todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas e da demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas.

a.2.2 - Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

b. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No relatório do auditor independente em relação às demonstrações financeiras de 2024 da Companhia não houve ressalvas, sem modificações, com parágrafo de “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras e nos resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alteração no nosso segmento operacional no exercício de 2024.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Empresas Controladas com as atividades encerradas em 2024

Caraíba Incorporated Ltd

Paranapanema B.V.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve.

2.5 Medições não contábeis

a. EBITDA

O EBITDA Ajustado, que exclui os efeitos das contingências e demais efeitos não recorrentes, fechou o ano em R\$ 235.663 negativo, impactado pela redução do volume total de vendas, mix de produtos com uma proporção relevante de Cobre Primário e a redução do volume de Coprodutos.

b. Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

O Prejuízo Líquido em 2024 foi de R\$ 2.138.610, impactado principalmente pelo reconhecimento de R\$ 1.519.808 de variação cambial, juros, multa e juros de mora sobre a dívida e pelos valores de Ociosidade em R\$ 200.900. Quando excluídos os efeitos dos encargos financeiros e outros efeitos não recorrentes, tem-se um Prejuízo Líquido Ajustado de R\$ 197.488.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O Lucro líquido ajustado, evidência com maior clareza a operação da Companhia, onde são retirados os efeitos de transação não recorrentes, transações envolvendo outros resultados abrangentes, a depreciação e amortização do período e os efeitos das variações cambiais provisionadas.

2.6 Eventos Subsequentes

Plano de recuperação judicial - 2º aditamento

Conforme fato relevante divulgado em 10 de dezembro de 2024, foi protocolada perante o juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1º RAJ da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos autos do processo de nº 1001409-24.2022.8.26.0260, uma nova versão da proposta de segundo aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia atualmente em vigor. A Companhia consigna que a proposta de aditamento ao Plano de Recuperação Judicial será sujeita à posterior deliberação da Assembleia Geral de Credores, nos termos da legislação aplicável.

4ª Janela de Conversão

Conforme fato relevante divulgado em 16 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada de ações e dentro do limite do capital, referente a 4ª janela de conversão que iniciou em 17 de dezembro de 2024.

Essa Janela do Pedido de Conversão permaneceu aberta até o dia 15 de janeiro de 2025, inclusive. Após essa data foi concedido aos acionistas da Companhia o prazo de 30 (trinta) dias para exercício dos seus respectivos direitos de preferência para subscrição de novas ações, com início em 24 de janeiro de 2025 e término em 24 de fevereiro de 2025. Após o decurso do prazo de preferência será concedido prazo suplementar de 5 (cinco) dias úteis para a subscrição de sobras de ações pelos acionistas, com início previsto para 28 de fevereiro de 2025 e término em 11 de março de 2025, sendo que a devida conversão está prevista para ser homologada em 18 de março de 2025.

Pagamento parcela do Plano de Recuperação Judicial – Classe IV

Em 03 de janeiro de 2025 a Companhia cumpriu com a obrigação de pagamento dos credores titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte (Classe IV), em estrita observância ao previsto nas cláusulas 7.1. e 7.2. do seu Plano de Recuperação Judicial.

Pagamento parcial do Plano de Recuperação Judicial – Classe I

Em 13 de janeiro de 2025 a Companhia, mediante autorização do Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, no âmbito do processo em trâmite sob o nº 1001409-24.2022.8.26.0260 (“Processo de Recuperação Judicial”), realizou o pagamento parcial dos Credores Trabalhistas com recursos oriundos de depósitos recursais.

Alteração da Diretoria Executiva

Conforme comunicado ao mercado em 22 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração deliberou a destituição do Sr. João Pinheiro Nogueira Batista do cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia. Ato contínuo, deliberou sobre a eleição do Sr. Marcelo Vaz Bonini ao cargo de Diretor de Relações com Investidores, de tal forma que passará a acumular as funções de Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores.

2.7 Destinação de resultados

No exercício de 2024 a Companhia apurou prejuízo de R\$ 2.138.610 e não teve resultados a distribuir.

a. Direitos das ações

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Detém o direito de voto todas as ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (*tag along* de 100%).

b. Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

c. Reserva de incentivos fiscais

A Paranapanema é beneficiária até 2027, nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministro de Estado da Integração Nacional – MIN Nº 283 de 04/07/2013 (“Regulamento”), da redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. O Lucro da exploração é calculado com base no lucro líquido apurado no período, excluindo dos benefícios fiscais (i) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital.

De acordo com o artigo 11 do Regulamento, “o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social”. Assim, se constitui uma obrigação da Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), o qual, por definição, não transita pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia.

d. Destinação do Lucro

O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

e. Periodicidade das distribuições de dividendos

O pagamento de dividendos ou bonificações em dinheiro aprovados pela Assembleia Geral e a distribuição de ações provenientes do aumento de capital serão efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de Assembleia Geral que deliberar a respeito.

A critério do Conselho de Administração, poderão ser levantados, obedecendo às disposições legais aplicáveis, balanços trimestrais ou semestrais, dentro do exercício social, e distribuídos aos acionistas dividendos e bonificações respectivas.

f. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há impedimento legal e a distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral ser tal medida incompatível com a situação financeira da Companhia.

g. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Distribuição dos resultados segue o estatuto social da Companhia, disponível no site www.paranapanema.com.br/ri

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial;

Não aplicável, todos os ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial da Companhia.

b. Outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

Não se aplica

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não aplicável à nossa Companhia, pois não existem itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

2.10 Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2024, investimos R\$16.690 em garantia operacional, sendo os principais projetos são destinados à parada programada de manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os nossos investimentos são suportados por recursos de terceiros, por meio de linhas especiais de financiamento junto a instituições financeiras, bancos de fomento e bancos de desenvolvimento, e com recursos próprios gerados pelas nossas atividades.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A aquisição de máquinas e equipamentos, visando a modernização da nossa disponibilidade industrial, conforme divulgado, se dará de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada projeto.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há qualquer pesquisa em andamento.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não foram realizados gastos em pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A implementação do projeto da planta de refino de metais preciosos foi postergada em 2013, podendo ser retomada e submetida a uma reanálise das premissas de viabilidade econômica e de fontes de financiamento caso se confirme as nossas expectativas de agregação de valor.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não foram realizados gastos significativos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

2.11 Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

ANEXO II**Informações dos candidatos que compõem as chapas indicadas ao Conselho Fiscal da Companhia****7.3. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, indicar, em forma de tabela**

	a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF	e. Cargo Eletivo Ocupado	f. Data de eleição	g. Data de posse	h. Prazo do Mandato	i. Eleito pelo controlador	j. Membro Independente	k. Data de início do primeiro mandato (caso tenha exercido mandatos consecutivos)
CONSELHO FISCAL											
1	Marcos Reinaldo Severino Peters	16/05/58	Contador	023.120.398-50	Membro Titular	18/04/24	18/04/24	AGO 2026	Não	Sim	10/04/19
2	Maria Elvira Lopes Gimenez	18/05/70	Contadora	136.012.018-10	Membro Suplente	18/04/24	18/04/24	AGO 2026	Não	Sim	21/06/23
3	Jailton Zanon da Silveira	07/01/68	Advogado	002.207.307-84	Membro Titular	18/04/24	18/04/24	AGO 2026	Não	Sim	20/04/23
4	Juliana Grigol Fonsechi	-	Contadora	308.789.358-78	Membro Suplente	N/A	N/A	N/A	Não	Sim	N/A
5	Willian de Mello Magalhães Junior	14/04/81	Administrador	216.311.438-40	Membro Titular	N/A	N/A	N/A	N/A	Sim	N/A
6	Vicente Luiz Barbosa Marotta	25/03/46	Engenheiro	090.207.307-97	Membro Suplente	N/A	N/A	N/A	N/A	Sim	N/A

Todas as informações solicitadas nos itens 7.3, alíneas “a” a “k” estão descritas no quadro acima.

7.3. I. Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos (i.) no emissor e em sociedades do seu grupo econômico; e (ii.) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Conselho Fiscal

Marcos Reinaldo Severino Peters

Doutorado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (2000). Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (1993). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (1984). Professor Doutor e Pesquisador aposentado da: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Professor Titular da Fundação Armando Álvares Penteado, Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Membro do Laboratório de Tecnologia de Informação da USP, Diretor Executivo da Marpe Contabilidade e Consultoria Ltda. Tem larga experiência na área de Contabilidade e Controladoria com ênfase em Contabilidade Internacional. Atua principalmente nas seguintes áreas: Contabilidade Internacional, Controladoria, Finanças, Controles Internos, SOX, IFRS, USGAAP. Atual membro do Comitê de Auditoria da Terra Santa Propriedades Agrícolas e Rossi Residencial S.A.

Maria Elvira Lopes Gimenez

Bacharel em Ciências Econômicas, especializada em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas. Desde 2015 atua como Conselheira Fiscal Titular e Suplente de Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado de Companhias de renome no mercado. Presentemente é Conselheira Fiscal Titular: São Martinho S.A., Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, WLM Participações e Comercio de Máquinas e Veículos S.A. e Minupar Participações S.A. , suplente nas seguintes empresas: Whirlpool S.A, Bicicletas Monark S.A., Pettenati Indústria Têxtil S.A., Tronox Pigmentos do Brasil S.A., Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa, Banco Pine S.A. e Rossi Residencial S.A. . Anteriormente, foi Conselheira Fiscal Titular da AES Tietê S.A., Suplente da Companhia Providência Ind. e Com. S.A., Eucatex S.A., São Martinho S.A. Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp. e Whirlpool S.A. No período de 2013 a 2019 foi associada na Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda/ Jorge Lepeltier Consultores Associados, na coordenação financeira, administrativa e prestando serviços de assessoramento empresarial na área governança

corporativa especialmente na atuação em Conselhos Fiscais como membro titular e suplente, em Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado, fazendo parte da equipe de Conselheiros.

Jailton Zanon da Silveira

Natural de Itaperuna – RJ, ingressou por concurso na CAIXA, em 31 de agosto de 1989, no cargo de escriturário, tendo exercido a função administrativa de caixa executivo. Em outubro de 1992 ingressou na carreira profissional de advogado, na qual atua desde então, tendo exercido as funções de assistente técnico (1992/1994), Coordenador (1994/1995) e Gerente (1995/1998 e 2000/2003) do Jurídico Regional RJ, Gerente Nacional do Contencioso (2003/2006), Ouvidor da CAIXA (2006), Superintendente Nacional do Contencioso (2007/2008), Superintendente Nacional do Consultivo (2008), Diretor Jurídico (2010/2018) e Consultor Jurídico (2018/2023). Atuou no Conselho Fiscal da FUNCEF. Presidiu a Escola de Advocacia da Universidade CAIXA, de 2010 a 2018 e atuou na elaboração do Plano Diretor da Área Jurídica da CAIXA. É mestrando em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP (2022), com MBA em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas-RJ (1997), Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Veiga de Almeida-RJ (2001) e Pós-graduado em Teoria Geral do Direito pela Universidade de Brasília – UNB (2010). Certificado no CPA-20 pela ANBIMA. Foi Diretor Jurídico da Caixa Econômica Federal, onde tomou posse em 16 de março de 2023, e se desligou para atuar como secretário adjunto da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Presidência da República desde maio de 2024.

Juliana Grigol Fonseca

Natural de Campinas/SP, é empregada da Caixa Econômica federal desde 2003, atuando atualmente como Diretora Executiva de Contadoria e Controladoria. Foi Superintendente Nacional de Contabilidade e Tributos (2009 a 2023), com experiência de 20 anos nesse segmento. Possui experiência como membro do Comitê de Auditoria da Elo Serviços (2016 a 2019), do Conselho Fiscal da FUNCEF (2020 a 2024) e atua como membro do Conselho Fiscal da Caixa Seguridade desde 2023. Na vida acadêmica, é bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo – USP, e mestre em Ciências Contábeis pela UnB, de onde foi professora nos cursos de Pós-Graduação e Graduação.

Willian de Mello Magalhães Junior

Formado em Administração com ênfase em Comércio Exterior pela Universidade de Taubaté. Atuou na área de Relações Trabalhistas na empresa Aços Villares S.A. e na área de Recursos Humanos na Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. Tem experiência no Mercado Financeiro, tendo trabalhado no Banco Santander S.A., Itaú S.A e Almeida Krüger Ltda. No setor de franchising

atuou como Diretor de Operações e Diretor Financeiro da Holding Grupo VA Franchising. Com sólida experiência em Governança Corporativa, na OGX Petróleo e Gás S.A. foi membro do Comitê de Divulgação de Informações e Membro do Comitê de Auditoria Estatutário. Na empresa Dommo Energia S.A. atuou como Membro do Comitê de Auditoria Estatutário. Na empresa MMX Mineração S.A. atuou como CEO, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração. Atualmente é Membro do Conselho de Administração da OSX Brasil S.A e Membro do Conselho de Administração da OSX Porto do Açu S.A.

Vicente Luiz Barbosa Marotta

Engenheiro civil formado pela Escola Nacional de Engenharia, iniciou sua trajetória na Copavel S.A., onde exerceu os cargos de Engenheiro Residente, Coordenador de Projetos e, posteriormente, Coordenador Geral do Departamento de Projetos. Participou da Proconsult – Engenharia de Projetos e Consultoria Ltda., onde atuou como Sócio-Proprietário e Diretor Técnico, desenvolvendo projetos de infraestrutura e engenharia. Na área de mineração, especialmente na Amazônia Mineração S.A., foi responsável pela coordenação dos projetos ferroviários e civis do Projeto Ferro-Carajás, incluindo a ferrovia de 900 km que liga a mina ao porto. Na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), desempenhou funções estratégicas, incluindo a supervisão da gestão do desempenho físico-financeiro das empresas controladas e coligadas e a coordenação dos projetos ambientais do grupo e da elaboração dos projetos ambientais. Além disso, atuou na negociação de financiamentos junto ao Banco Mundial e ao Banco KFW da Alemanha para a implantação dos projetos ambientais. Por meio de requisição do Governo Federal à CVRD, por três oportunidades assumiu cargos de destaque no Ministério do Trabalho, onde foi Secretário Nacional de Emprego e Salário, Diretor Nacional de Emprego, Presidente do Conselho Nacional de Imigração e Gestor dos Recursos do FAT. Também atuou no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) como Diretor de Marcas, Diretor de Transferência de Tecnologia e Vice-Presidente/Substituto do Presidente. Sua atuação em conselhos e instituições estratégicas inclui a Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde foi consultor no Ministério da Defesa, participando do projeto de reengenharia dos processos de gestão administrativa das Forças Armadas, e a Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde foi conselheiro do Conselho de Assuntos Estratégicos, além de atuar na Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN) como Conselheiro do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo. No setor de energia, integrei o Conselho Fiscal da OGX Petróleo e Gás S.A.

7.3. m. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i.) qualquer condenação criminal, (ii.) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e (iii.) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

A Companhia não tem conhecimento quanto à existência de qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou de qualquer condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final administrativa que tenha suspenso ou inabilitado os candidatos ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal para a prática de atividade comercial.

ANEXO III

Informações do item 8 do Formulário de Referência

8.1 Política/Prática de Remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia possui políticas de remuneração para seus colaboradores em geral, adotando as práticas de mercado para a remuneração de sua Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento.

As políticas buscam estabelecer um plano de remuneração e benefícios alinhado com as práticas de mercado, buscando atrair, reter, motivar e desenvolver os colaboradores, estimulando o espírito de equipe e o resultado de alta performance, podendo abranger, além da Remuneração Fixa e Benefícios, uma Remuneração Variável.

As políticas de remuneração da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração e estão disponíveis para consulta pelos colaboradores da Companhia em sua intranet.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i.) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Gestão de Pessoas & Sustentabilidade faz recomendações, com base nos estudos de remuneração apresentados pela Diretoria, para assim subsidiar a tomada de decisão do Conselho de Administração.

(ii.) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração fixa de cada cargo será baseada nos conhecimentos exigidos pela função, na complexidade das atividades desenvolvidas e nas responsabilidades pela execução de tarefas ou apresentação de resultados específicos esperados do cargo.

As tabelas, avaliações / pontuações dos cargos e definições das faixas de remuneração fixa são elaboradas pela Companhia com apoio, se necessário, de especialistas externos. A metodologia atual adotada pela Companhia é a HAY.

(iii.) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

As faixas de remuneração fixa poderão ser revisadas anualmente, tomando-se por base o crescimento do mercado ou pesquisa de remuneração. A revisão será recomendada pelo Comitê de Gestão de Pessoas & Sustentabilidade e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme direcionamento estratégico da Companhia.

c. Composição da remuneração, indicando:

(i.) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor.**

A política de remuneração leva em consideração a valorização de curto, médio e longo prazo da Companhia, alinhando desta forma os interesses do emissor aos de seus Administradores.

A ferramenta garantidora desse alinhamento é o Programa de Remuneração Variável vinculado às estratégias do negócio, visando promover os resultados financeiros da Companhia, reconhecer e remunerar performances individuais e coletivas, bem como promover a retenção de talentos. Composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP), este último diferido em 2 anos e ambos vinculados aos resultados financeiros e metas individuais dos Diretores.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais.**

Realizado 2024

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	72,83%	22,38%	4,79%	100,0%
Diretoria Não Estatutária	57,56%	39,37%	3,08%	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2023

Realizado 2023

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	38,12%	58,76%	3,12%	100,0%
Diretoria Não Estatutária	40,98%	55,41%	3,61%	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2022

Realizado 2022:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,0%

Diretoria Estatutária	75,88%	0,00%	24,12%	100,0%
Diretoria Não Estatutária	52,83%	42,19%	4,98%	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2021

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste.**

A remuneração estabelecida para os Administradores, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento segue as práticas e condições do mercado, obtidas através de pesquisas realizadas com o apoio de especialistas externos, se necessário.

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal poderá ser ajustada anualmente, conforme aprovação da verbal global em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração.

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é acordada no momento da contratação, podendo ser atualizada anualmente com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de janeiro a dezembro de cada ano, e que pode ser aplicada a partir do mês subsequente à realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração.

Os reajustes da remuneração da Diretoria Não Estatutária poderão seguir as Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho firmadas junto aos sindicatos que os representam perante a Companhia, ou serem aplicados juntamente com a atualização da remuneração da Diretoria Estatutária.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

Para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento não há indicadores de desempenhos definidos.

Para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária os principais indicadores no Programa de Remuneração Variável são:

1) Exercício de 2024 para Diretor Presidente

— Peso de 70% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros.

— Peso de 30% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

2) Exercício de 2024 para Diretores Estatutários e Não Estatutários

— Peso de 60% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros.

— Peso de 30% = Metas Individuais, alinhadas aos objetivos estratégicos da Companhia, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.

— Peso de 10% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

3) Exercício de 2023 para Diretor Presidente

- Peso de 70% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros.
- Peso de 30% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

4) Exercício de 2023 para Diretores Estatutários e Não Estatutários

- Peso de 60% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros.
- Peso de 30% = Metas Individuais, alinhadas aos objetivos estratégicos da Companhia, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.
- Peso de 10% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

5) Exercício de 2022 para Diretor Presidente

- Peso de 70% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros.
- Peso de 30% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

6) Exercício de 2022 para Diretores Estatutários e Não Estatutários

- Peso de 60% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros.
- Peso de 30% = Metas Individuais, alinhadas aos objetivos estratégicos da Companhia, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.
- Peso de 10% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

(ii.) Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração estabelecida para os Administradores segue as práticas e condições de mercado, buscando atrair, reter, motivar e desenvolver os profissionais, estimulando o espírito de equipe e o resultado de alta performance.

(iii.) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

De 2018 até o primeiro mês do exercício de 2020, um dos membros do Conselho de Administração e seu respectivo suplente renunciaram à remuneração a qual fariam jus.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe atualmente remuneração ou benefício associado a eventos societários da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	2,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.134.028	2.431.865	490.212	6.056.105
Benefícios direto e indireto	-	354.363	-	354.363
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	3.995.396	-	3.995.396
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	92.767	-	92.767
Cessação do cargo	-	783.098	-	783.098
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-

Observação	Na remuneração mensal fixa, será aplicado reajuste pelo INPC de 4,77 acumulado de 2024 para a posição de CFO. Na remuneração variável, foi considerada a contabilização de Incentivo de Longo Prazo dentro do exercício de 2025, diferido nos 2 anos subsequentes à apuração dos resultados (2027 e 2028). Foi proporcionalizado em 10/12 avos a RV da posição de CEO, por não estar ativa no momento.			
Total da remuneração	3.134.028	7.657.489	490.212	11.281.729

Remuneração do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	2,08	3,00	11,75
Nº de membros remunerados	6,67	2,08	3,00	11,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.010.827	2.396.801	480.691	5.883.318
Benefícios direto e indireto	-	207.259	-	207.259
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	-
Remuneração variável				
Bônus	-	806.865	-	806.865
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do	-

	empregador não considerados.	empregador não considerados.	empregador não considerados.	
Pós-emprego	-	228.404	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação	6,67 membros sendo, 5 por 12 meses (5 x 12/12 = 5,00), 2 por 8 (2 x 8/12 = 1,33) e 1 por 4 (1 x 4/12 = 0,33)	2,08 membros, sendo 1 por 12 meses (1 x 12/12 = 1,00) 1 por 11 meses (1 x 11/12 = 0,92) e 1 por 2 (1 x 2/12 = 0,17)	3,00 membros, sendo 2 por 12 meses (2 x 12/12 = 2,00), 1 por 4 (1 x 4/12 = 0,33) e 1 por 8 (1 x 8/12 = 0,67)	
Total da remuneração	3.010.827	3.639.328	480.691	7.130.846

Remuneração do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	6,00	1,92	2,75	10,67
N� de membros remunerados	6,00	1,92	2,75	10,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pr�-labore	2.690.525	2.289.168	449.371	5.429.064
Benefícios direto e indireto	-	224.916	-	224.916
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	3.528.846	-	3.528.846
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-

Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação	O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 6,00 membros, sendo os 6 por 12 ($6 \times 12/12 = 6,00$).	A Diretoria, em média no ano teve a participação de 1,92 membros, sendo 1 por 12 meses ($1 \times 12/12 = 1,00$) e 1 por 11 meses ($1 \times 11/12 = 0,92$). Foi aprovado em 2023 a inclusão de pagamento de ILP para o CFO.	O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 2,75 membros, sendo 2 por 5 meses ($2 \times 5/12 = 0,84$), 1 por 11 ($1 \times 11/12 = 0,92$) e 2 por 6 meses ($2 \times 6/12 = 1,00$).	
Total da remuneração	2.690.525	6.042.930	449.371	9.182.826

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,25	2,67	3,00	11,92
Nº de membros remunerados	6,25	2,67	3,00	11,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.713.557	2.601.969	462.780	5.778.306
Benefícios direto e indireto	-	521.408	-	521.408
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	471.176	-	471.176
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação	O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 6,25 membros, sendo 2 por 12 meses, 5 por 8 meses ($5 \times 8/12 = 3,34$), 1 por 4 meses ($1 \times 4/12 = 0,33$), 2 por 3 meses ($2 \times 3/12 = 0,50$) e 1 por 1 mês ($1 \times 1/12 = 0,08$)	A Diretoria, em média no ano teve a participação de 2,67 membros, sendo 3 por 10 meses ($3 \times 10/12 = 2,50$ e 1 por 2 meses ($1 \times 2/12 = 0,17$). Motivado pela renúncia dos membros da Diretoria não há valores de Variável para o exercício.	O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 3,00 membros, sendo 2 por 12 meses, 1 por 9 ($1 \times 9/12 = 0,75$) e 1 por 3 meses ($1 \times 3/12 = 0,25$)	
Total da remuneração	2.713.557	3.594.553	462.780	6.770.890

8.3 Remuneração Variável

Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho De Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2025)

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	7,00	3,00	2,00	12,00
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	2,00	2,00
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

(R\$/Unidade):				
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	3.995.396	3.995.396
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	-	-	3.329.497	3.329.497
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	-	-	-	-
e. em relação à participação no resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

b. Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2024)

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	7,00	3,00	2,00	12,00
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	2,00	2,00
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	4.454.400	4.454.400
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	-	-	3.712.000	3.712.000
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	-	-	806.865	806.865

e. em relação à participação no resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

c. Remuneração variável do exercício social encerrado - 2023

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	6,00	2,75	1,92	10,67
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	1,92	1,92
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	3.138.551	3.138.551
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	-	-	2.715.145	2.715.145
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	-	-	3.528.846	3.528.846
e. em relação à participação no resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

d. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2022

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
b. nº de membros	6,25	3,00	2,67	11,92
c. nº de membros remunerados	0,00	0,00	2,67	2,67
d. em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	4.063.199	4.063.199
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	-	-	4.063.199	4.063.199
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	-	-	0,00	0,00
e. em relação à participação no resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

8.4 Plano de Remuneração baseado em ações

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, ano em que este programa foi encerrado.

b. Data de aprovação e órgão responsável

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 8.4-a.

c. Número máximo de ações abrangidas

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 8.4-a.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 8.4-a.

e. Condições de aquisição de ações

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 8.4-a.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 8.4-a.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 8.4-a.

h. Forma de liquidação

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 8.4-a.

i. Restrições à transferência das ações

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 8.4-a.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 8.4-a.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 8.4-a.

8.5 Remuneração baseada em ações

Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não possui mais componente baseado em ações, as obrigações referentes às URVs se encerraram em 2020.

Remuneração baseada em ações do exercício social corrente - 2025

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Remuneração baseada em ações do exercício social corrente - 2024

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Remuneração baseada em ações do exercício social corrente - 2023

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

8.6 Outorga de opções

Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração baseada em ações do exercício social corrente – 2024

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Remuneração baseada em ações do exercício social corrente – 2023

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

8.7 Opções em aberto

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de opções de compra de ações. Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor no ILP. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a essa remuneração.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não possui mais componente baseado em ações, as obrigações referentes as URVs ainda não pagas serão mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Para maiores informações, vide item 8.5.

Remuneração baseada em ações do exercício social – 2024

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Remuneração baseada em ações do exercício social – 2023

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Remuneração baseada em ações do exercício social – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de opções de compra de ações. Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a essa remuneração.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não possui mais componente baseado em ações, as obrigações referentes às URVs ainda não pagas à época foram mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Para maiores informações, vide item 8.5.

Exercício social – 2024

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Exercício social – 2023

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Exercício social – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

8.9 Forma de ações serem entregues

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Exercício social – 2024

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Exercício social – 2023

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Exercício social – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

8.10 Outorga de ações

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Exercício social – 2024

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Exercício social – 2023

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Exercício social – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

8.11 Ações entregues

Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social – 2024

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Exercício social – 2023

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

Exercício social – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

8.12 Precificação das ações/opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. Modelo de precificação

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado em ações, conforme descrito no item 8.4-a.

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O efetivo pagamento não era feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão era feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas no Incentivo de Longo Prazo (ILP).

A apuração para concessão e pagamento era realizada em URVs, a qual tinha por base o valor médio da ação da Companhia (PMAM3) do ano anterior à concessão e do pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado em ações, conforme descrito no item 8.4-a.

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O Incentivo de Longo Prazo (ILP) utilizava um conceito de phantom shares, de forma que, ao final de cada exercício, as metas atingidas no período de janeiro a dezembro eram convertidas em Unidades de Remuneração Variável (URVs), baseado no desempenho, variação e valor das ações da Paranapanema (PMAM3).

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 8.4-a.

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A apuração para concessão e pagamento era realizada em Unidades de Remuneração Variável (URVs), a qual tinha por base o valor médio da ação da Companhia (PMAM3) do ano anterior à concessão e do pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado em ações, conforme descrito no item 8.4-a.

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia não possui plano de opções de compra de ações

8.13 Participações detidas por órgão

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

As participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas pelos administradores da Companhia, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social, estão indicadas abaixo:

Órgão	Valores Mobiliários emitidos pela Companhia e Controladas	%
Conselho de Administração	2.900 ações	0,00417% do total
Conselho Fiscal	0	0,0%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Total	2.900 ações	0,00417% do total

8.14 Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. Número de Membros	6,67	3,00	2,08
c. Número de Membros Remunerados	0,00	0,00	2,08
d. Nome do Plano	n/a	n/a	BrasilPrev - PMA Prev

e. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	n/a	0,00
f. Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a	60 anos de idade + 10 anos de contribuição + perda de vínculo com a empresa ou ser aposentado pela Previdência Social + perda de vínculo com a empresa
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	n/a	74.104,23
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	n/a	24.484,46
i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	n/a	Sim, a qualquer momento, de 60 em 60 dias, porém há a perda proporcional da contribuição realizada pela Companhia.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	2,08	1,92	2,67	6,67	6,00	6,25	3,00	2,75	3,00
Nº de membros remunerados	2,08	1,92	2,67	6,67	6,00	6,25	3,00	2,75	3,00
Valor da maior remuneração	1.729.815,15	- 4.286.594,35	-	473.049,48	473.049,48	418.668,00	163.407,60	-	154.260,00
Valor da menor remuneração	-	- 4.286.594,35	-	443.495,04	443.495,04	417.612,30	149.790,30	-	154.260,00
Valor médio da remuneração	1.749.677,10	3.147.359,58	1.346.274,52	451.398,30	448.420,78	434.169,16	160.230,23	163.407,60	154.260,00

Observação	
Diretoria Estatutária	
31/12/2024	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2024. (Não houve membros 12/12 avos para contabilizar menor remuneração). 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 8.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
31/12/2023	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2023 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 8.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
31/12/2022	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2022 (Obs.: não tivemos membros com 12/12 avos em 2022). 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 8.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
Conselho de Administração	
31/12/2024	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2024. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 8.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
31/12/2023	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2023. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 8.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
31/12/2022	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2022. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 8.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.

Conselho Fiscal	
31/12/2024	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2024. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 8.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
31/12/2023	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2023. (Obs.: não tivemos membros com 12/12 avos em 2023). 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 8.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
31/12/2022	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2022. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 8.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.

8.16 Mecanismos remuneração/indenização

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há, previsto em contrato, mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Por liberalidade a Companhia poderá conceder aos Diretores, por um período de 6 (seis) meses, a assistência médica e odontológica, bem como realizar o pagamento do Incentivo de Curto Prazo (ICP) e do Incentivo de Longo Prazo (ILP), condicionado a cláusulas contratuais.

O atual valor do prêmio de seguro D&O é de R\$ 339.612,41 (trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e doze reais e quarenta e um centavos).

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável, pois a Companhia não possui acionista controlador.

8.18 Remuneração – outras funções

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia não recebem, e não receberam nos últimos três exercícios sociais, remuneração da Companhia além da referente à função que ocupam.

8.19 Remuneração Reconhecida – controlador/controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal não recebem, e não receberam nos últimos três exercícios sociais, remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

A Companhia não possui acionista controlador.

8.20 Outras informações relevantes - Remuneração

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Nos termos do Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, a remuneração global proposta para 2024 não engloba os encargos sociais que sejam ônus do empregador. Para o ano de 2024, estima-se que o valor total dos encargos sociais de ônus do empregador, considerando a remuneração global proposta para 2024, é de R\$ 2.094.220 (dois milhões, noventa e quatro mil, duzentos e vinte reais), sendo R\$ 98.043 (noventa e oito mil e quarenta e três reais) referente à remuneração fixa do Conselho Fiscal, R\$ 626.806 (seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e seis reais) referente à remuneração fixa do Conselho de Administração, R\$ 478.491 (quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais) referente à remuneração fixa da Diretoria Estatutária, R\$ 890.880 (oitocentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais) referente à remuneração variável da Diretoria Estatutária.

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], **[QUALIFICAÇÃO]** ("Outorgante"), nomeia e constitui como seu procurador **[NOME]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, **[PROFISSÃO]**, com RG nº **[•]**, inscrito no CPF/ME sob o nº. **[•]**, residente e domiciliado na cidade de **[•]**, Estado de **[•]**, na Rua **[•]**, **[NÚMERO]**, para **individualmente** representar o Outorgante, na qualidade de acionista da **PARANAPANEMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 18 de abril de 2024, às 14 horas, exclusivamente de modo digital por meio da plataforma digital Zoom ("AGO"), podendo examinar, discutir e votar em nome do Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
--------------------	-------------------	----------------------

(ii) Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleger os seus membros.

- Definição do número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia:

3 (três) membros ()	4 (quatro) membros ()	5 (cinco) membros ()	Abstenção ()
-----------------------------	-------------------------------	------------------------------	----------------------

- Eleição dos membros do Conselho Fiscal:

Indicação da chapa e de todos os nomes que a compõem:

Número da chapa escolhida ()	Abstenção ()
--------------------------------------	----------------------

Caso um dos candidatos que compõe a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que trata o artigo 161, §4º, 'a' da Lei nº 6.404/76, os votos correspondentes às suas ações poderão continuar sendo conferidos à chapa escolhida?

Sim ()	Não ()	Abstenção ()
----------------	----------------	----------------------

Deseja solicitar a eleição em separado de membro do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, §4º, 'a', da lei nº 6.404/76 (a eleição em separado somente será considerada aprovada mediante solicitação de acionistas representando pelo menos 10% do total de ações da Companhia)?

Sim ()	Não ()	Abstenção ()
----------------	----------------	----------------------

Eleição em separado de membro do Conselho Fiscal por acionistas minoritários. Este item somente deverá ser preenchido caso você tenha respondido "Sim" com relação à pergunta anterior.

[Nome do candidato/suplente]

Sim ()	Não ()	Abstenção ()
----------------	----------------	----------------------

[Nome do candidato/suplente]		
Sim ()	Não ()	Abstenção ()
[Nome do candidato/suplente]		
Sim ()	Não ()	Abstenção ()
[Nome do candidato/suplente]		
Sim ()	Não ()	Abstenção ()
[Nome do candidato/suplente]		
Sim ()	Não ()	Abstenção ()
(iii) Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024, conforme Proposta da Administração.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de 2025.		
[ACIONISTA]		